

ESTUDOS DE DIREITO E FRATERNIDADE
NA FRONTEIRA DA PAZ:
DIÁLOGOS COM A PANDEMIA DO COVID-19

Associação dos Magistrados Brasileiros

Organização:

Deisemara Turatti
Luciane Cardoso Barzotto
Reynaldo Soares da Fonseca
Tânia Regina Silva Reckziegel



APRESENTAÇÃO

O Centro de Pesquisas Judiciais (CPJ) da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), instituição de referência em pesquisas sobre o Poder Judiciário, em parceria com o Grupo de Pesquisa Direito, Cidadania e Fraternidade (DICIFRA/CNPq), vinculado ao curso de graduação em Direito da Universidade Federal do Pampa (Unipampa) – *Campus Sant’Ana do Livramento/RS*, tem a honra de apresentar à comunidade jurídica e acadêmica esta coletânea de artigos e resumos que tratam de direito, fraternidade e pandemia, relacionando, transversalmente, o Direito com inúmeros outros temas e áreas do saber.

As pesquisas reunidas nesta obra são fruto de um momento ímpar em que mais de 130 autores estudiosos do Direito se reuniram para compartilhar suas indagações e investigações, tornando intenso cada dia do 1º Seminário Direito e Fraternidade na Fronteira da Paz, como também toda uma produção advinda do evento, que foi concebido pelo DICIFRA/CNPq e ocorreu entre 27 e 28 de novembro de 2020, virtualmente, na Unipampa.

Esse foi um acontecimento que ultrapassou as fronteiras nacionais e internacionalizou-se justamente pelo interesse que a temática *Direito e Pandemia* desperta atualmente, vista sob a ótica da teoria da fraternidade e dos elementos virtuosos dessa concepção, que não é nova, mas inovadora na contemporaneidade quando associada aos mais variados fatos e atos da vida das pessoas, individualmente, no âmbito social e relacional, bem assim nas questões concernentes às políticas públicas.

Em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Ao apoiar e viabilizar esta publicação, o Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros está em consonância com o Objetivo 16 dos ODS, que versa sobre *Paz, Justiça e Instituições Eficazes*, confirmando que o CPJ constitui-se numa instituição propensa à construção coletiva de um mundo sustentável e à busca da transformação social, avalizando a ideia de que todos possam ter assegurado o direito à paz, à justiça e à prosperidade.

Ministro Luis Felipe Salomão

Diretor do Centro de Pesquisas Judiciais da Associação dos Magistrados Brasileiros